



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### PARECER JURÍDICO

**Pregão Eletrônico nº 013/2023**

**Interessado: Pregoeiro e equipe de apoio**

#### **1 – OBJETO**

Trata-se de parecer jurídico referente à impugnação ao edital apresentado pela empresa Tecnisan Sistemas Operacionais de Saneamento EIRELI, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.651.522/0001-16, em relação ao pregão eletrônico nº 013/2023, cujo objeto é *“a Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de cabines sanitárias químicas para o evento 43º Rodeio Nacional de Campo Bom, conforme Anexo I – Termo de Referência, que é parte integrante deste edital..”*

Neste sentido, a impugnante aduz que o edital padece de vício que compromete sua legalidade, consubstanciado no fato de no item 9, que se refere aos documentos para habilitação, não há qualquer exigência de documentação habilitatória específica para o exercício da atividade em questão, qual seja, locação de cabines sanitárias.

Conforme aquela, em licitações com este objeto, a praxe seria a exigência de qualificação técnica de todos os licitantes, visando respeito à Lei nº 8.666/93, bem como à legislação ambiental, o artigo 30, inciso IV, da Lei 8.666/93 que autoriza a Administração a exigir o atendimento à legislação especial como forma de manter a qualificação técnica na prestação do serviço licitado

Ademais, continua a impugnante afirmando que o pregão em questão se processará pelo tipo menor preço e, as empresas que atendem às exigências legais ambientais e de responsabilidade técnica têm, também, um custo a elas pertinente para a adequada atividade, tendo, assim, o custo para o regular exercício da atividade contemplando no preço final do produto.

Ainda, para embasar suas alegações, junta excertos legais e, ao final, requer o recebimento da impugnação apresentada e seu provimento, para que seja exigido na documentação habilitatória a comprovação de qualificação técnica dos licitantes com a



## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

apresentação dos seguintes documentos: a) Licença de Operação concedida pela FEPAM para transporte de cargas perigosas; b) Contrato para recebimento e tratamento de efluentes; c) Licença de Operação dos Veículos e da Estação de Tratamento de Efluentes; d) Perante o CREA (Inscrição da empresa no CREA, Comprovação de que a empresa possui em seu quadro de funcionários ou possui contrato de prestação de serviços com engenheiro registrado no CREA, Certidão de Acervo Técnico registrada no CREA e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, Atentado de qualificação técnica registrado no CREA e compatível em características, quantidades e prazo com o objeto da licitação); e) Cadastro Técnico Federal do IBAMA e Relatório Anual de Atividades do IBAMA; e f) CIV e CIPP dos veículos.

Assim, feito este breve resumo da impugnação apresentada, passa-se a análise de seu mérito.

### **2 –DO MÉRITO**

Da análise do pedido de impugnação da empresa licitante, verifica-se que procede, em parte, o pedido formulado para alteração do instrumento convocatório, uma vez que algumas das exigências nele referidas, em que pese intrínsecas à natureza do objeto licitado, se fazem importantes para a segurança do evento, bem como do município.

No que tange à Licença de Operação, a Portaria FEPAM 101, de 04/01/2021 estabelece os critérios para o licenciamento ambiental no âmbito do transporte de resíduos de esgotamento sanitário, que, na sua própria conceituação, se constitui, também daqueles resíduos oriundos da limpeza dos banheiros químicos. Neste sentido, entendo que plenamente viável a exigência da Licença de Operação junto à FEPAM, dos veículos que transportarão os sanitários e/ou os resíduos oriundos da limpeza deste.

Entretanto, na mesma portaria citada, para fins de concessão do licenciamento ambiental, é necessário que as empresas apresentem uma série de documentos, dentre eles, alguns dos expostos na peça de impugnação apresentada pela empresa. Vejamos o que diz a Portaria:



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*“Art. 7º Para realizar a solicitação de licença, deverão ser apresentados os seguintes documentos básicos, para todos os ramos de atividade:*

*(...)*

*d) Certificado de Regularidade válido do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) com a atividade de transporte de cargas perigosas declarada, quando se tratar de transporte de produtos perigosos e, atividade de Transporte de cargas perigosas - Lei nº 12.305/2010 quando se tratar de transporte de resíduos perigosos. Caso o licenciamento englobe os dois tipos de transporte, as duas atividades devem estar declaradas no CTF/APP.*

*(...)*

*Art. 10. Para o licenciamento do ramo de atividade 4710,12, além dos documentos elencados nos artigos 7º e 8º deverão ser apresentados:*

*I - cópia(s) do(s) Contrato(s) pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses firmado entre a empresa transportadora e a unidade responsável pelo recebimento dos resíduos para tratamento. **(Redação do inciso dada pela Portaria FEPAM Nº 103 DE 26/01/2021).***

*II - cópia da(s) Licença(s) de Operação em vigor da(s) unidade(s) responsável(is) pelo recebimento dos resíduos;*

*III - CIPP e CIV dos veículos pertencentes à frota da transportadora;*

*(...)”*

Note-se que todos os documentos elencados pela empresa impugnante são obrigatórios para a análise do licenciamento por parte da FEPAM, razão pela qual, especificamente com relação aos documentos solicitados nas alíneas ‘b’, ‘c’, ‘e’ e ‘f’ da impugnação apresentada, entende esta Procuradoria não se tratar de documento obrigatório para fins de habilitação no certame, mantendo o edital sem alterações, neste ponto.



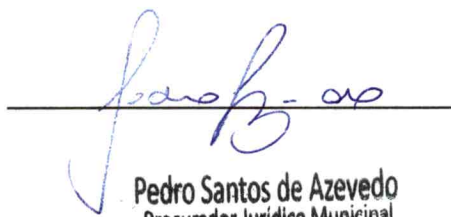
**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Com relação ao responsável técnico e ao registro da pessoa jurídica no CREA, tenho que assiste razão à impugnante, entretanto, entendo a necessidade da ampliação do rol, para que haja possibilidade de inscrição do profissional e da pessoa jurídica junto ao CRQ.

**3 – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, conclui-se pelo parcial deferimento da impugnação apresentada, tão somente para exigir os documentos previstos nas alíneas 'a' e 'd' dos pedidos formulados.

Campo Bom/RS, 23 de fevereiro de 2023.

  
Pedro Santos de Azevedo  
Procurador Jurídico Municipal  
OAB/RS 88.934